

ILUSTRÍSSIMO SENHOR E PARTICIPANTES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Recurso referente a licitação da modalidade tomada de preços n. 021/2022/CPLO/SUPEL/RO, formalizada pelo processo administrativo n. 0030.488526/2021-95/SEFIN/RO.

BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES (Construtora e Metalúrgica Moraes), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n. 29.173.122/0001-61, com sede na Avenida Rio de Janeiro, n. 3671 (Setor 19, Quadra 32, Lote 10), Parque Industrial Novo Tempo, nesta cidade de Vilhena/RO, Código Postal n. 76982-170, participante do certame em epígrafe, neste ato representada por sua sócia **Paula Maria Lemos Moraes**, brasileira, em união estável, inscrita no Cadastros de Pessoas Físicas sob o n. 013.222.002-46, podendo ser localizada no endereço da empresa, *in fine* assinada, já credenciada junto a essa Comissão de Licitação, não se conformando com a decisão lançada no sistema eletrônico em decorrência da realização de análise de documentação em habilitação referente a tomada de preços n. 021/2022/SUPEL/RO, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria apresentar, tempestivamente, **RECURSO** em decorrência do impedimento em continuar participando do certame, a fim de que a matéria seja apreciada e posteriormente submetida a autoridade hierárquica imediatamente superior dessa Superintendência Estadual, para o que requer sejam consideradas ínsitas ao presente recurso as inclusas razões do remédio legal.

Seguem anexas as razões do recurso, momento em que pede e espera deferimento.

Vilhena/RO, 26 de julho de 2022.

BP Construtora e Metalúrgica Moraes – CNPJ n. 29.173.122/0001-61

Sócia Paula Maria Lemos Moraes – CPF n. 013.222.002-46

RAZÕES RECURSAIS

1. OS FATOS

A empresa ora recorrente foi desclassificada no certame de número em epígrafe, sob a alegação de descumprimento dos subitens 15.2 e 17.1.1 do edital, conforme Termo de Julgamento de Habilitação, no dia 25 de julho de 2022.

No citado termo, ficou compreendido pelo julgador que a empresa recorrente, no momento da conferência dos documentação para habilitação na primeira fase do certame, ou seja, a abertura do primeiro envelope, teria juntada com os documentos a Carta Proposta preenchido, contendo essa o preço global ofertado e, dada a ciência dos demais participantes, teria ficado evidenciada a quebra de sigilo, impedindo a recorrente de prosseguir.

Na mesma decisão foi conferida habilitação de prosseguimento para duas outras empresas, concedendo-se a ora recorrente o prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando da publicação, para apresentação de seu recurso.

Importante se faz destacar que a recorrente se dignou a devidamente separar a documentação em dois distintos envelopes, de acordo com as recomendações e detalhes descritos no edital, entregando em mãos na sede no dia 22 de julho do corrente ano.

Ao que a documentação de habilitação, constante no primeiro envelope para a realização da primeira fase do certame, foi conferida, além do contrato social, procuração e demais documentos referentes a empresa e seu credenciamento, houve a inclusão de Carta Proposta preenchida com preço global.

Ocorre que, em nenhum momento a empresa agiu em detrimento da lei ou do processo licitatório firmado, porque um erro humano – falta de percepção – ocasionou a inclusão do documento no primeiro envelope. A recorrente não teve intenção de quebrar o sigilo mostrando sua oferta, apresentando valores a demais empresas.

Ademais, a constatação da inclusão de Carta Proposta preenchida não foi descumprimento, a ser identificado como quebra de sigilo, conforme apontado na decisão. Isto porque, o subitem em questão não menciona tal penalização.

Em que pese a constatação da quebra de sigilo, insurge-se, com devido respeito, a decisão proferida, visto que a mesma, ainda que tenha tentado fazer prevalecer a uma ordem de documentação e habilitação a ser realizada, não está em consonância com o

princípio constitucional da isonomia e a finalidade precípua de uma de uma licitação, pleiteando-se a oportunidade de retorno ao certame.

Caso não seja o entendimento de Vossa Senhoria, que seja oportunizado a recorrente entrada no processo licitatório quando/se as empresas participantes não se mostrarem habilitadas/adequadas, tendo-se o mérito debatido no próximo item.

2. O MÉRITO

Vossa Senhoria, é cediço que a lei de licitações estabelece que essas se destinam a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia com a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse entender, a doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, cujo conhecimento na área é notório e brilhante ensina que *“o objetivo primeiro da licitação é selecionar a melhor proposta; tirar da administração essa possibilidade é revestir o procedimento de um rigor desnecessário”*.

Todavia, a empresa recorrente sequer teve oportunidade de ofertar sua proposta, sendo inabilitada por suposta afronta ao seguinte dispositivo do ato convocatório, a decisão denegatória relatando uma quebra de sigilo que sequer foi intencional e, diga-se, não está prevista no edital.

De acordo com o edital fornecido pela Administração, todas as empresas que preenchessem os requisitos elencados estariam habilitadas para participar do processo licitatório. Transcreve-se 13, subitem 13.1.1 (condições de participação):

13.1.1 - Poderão participar da presente licitação, somente empresas que apresentarem condições específicas relacionadas ao objeto desta licitação e que possuam no seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de acervo técnico por execução de obras ou serviços de edificação de características semelhantes ao objeto da licitação, e desde que devidamente cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas conforme Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93.

As condições acima transcritas foram devidamente preenchidas pela empresa recorrente, até porque a mesma participou de licitações anteriores – mesmo em substituição a empresas que não demonstraram precisão e cumprimento com a licitação

– podendo seu histórico ser conferido com seu credenciamento, em obra realizada para Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia (SEFIN/RO).

A Constituição Federal vigente trata da licitação no artigo 37, inciso XXI, que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes, permitindo somente exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Há também referência expressa ao procedimento licitatório no artigo 22, inciso XXVII, segundo o qual compete privativamente à União legislar sobre: *Normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no artigo 37, inciso XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, §1º, inciso III.*

Explica-se que a Administração deve buscar não somente oportunizar, mas procurar pela melhor empresa a ser colocada em habilitação em uma licitação, oportunizando a setores privados o quinhão do setor público, impondo-se que qualquer ato ampliativo que se destine a investir a terceiros na situação jurídica especial a habilitação justa e igualitária.

A empresa recorrente indubitavelmente está devidamente habilitada, tanto assim o é que quando da abertura do envelope ficou constatada a presença dos documentos requisitados no edital, devendo ser dada a ela a participação no certame, pois é empresa regular, que preencheu as condições citadas.

Ao que a decisão denegatória menciona inabilitação em razão de ter sido encontrada Carta Proposta preenchida em meio a documentação de habilitação, reputando-se suposta quebra de sigilo, assevera-se que tal sanção – a retirada da empresa do certame – não está descrita no instrumento convocatório.

De acordo com o item 15 do edital (apresentação dos envelopes: documentação de habilitação e propostas de preços) segue o conteúdo:

15.1 - Impreterivelmente na data, hora e local referido (item 3) do presente Edital, as empresas licitantes, deverão entregar sua documentação de habilitação, bem como, proposta de preços, em envelopes lacrados, distintos e não transparentes, com as identificações na parte externa, de acordo com o subitem 15.2, do Edital, sob pena de não serem aceitos pela Comissão de Licitações de Obras.

15.2 - Os documentos de habilitação e a proposta, exigidos no presente Edital deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes lacrados, indevassáveis, distintos e separados, endereçados à Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO, cada qual contendo 01 (uma) via, com indicação clara e visível

do procedimento licitatório a qual se dirigem, e a denominação da empresa proponente, bem como a natureza dos correspondentes conteúdos conforme indicação:

15.3 - Para fins de agilização da fase de habilitação do certame licitatório, todos os volumes poderão ser, encadernados (na forma como decidir o competidor), com todas as folhas rubricadas pelo(s) representante(s) legal da empresa e numeradas, em ordem crescente, e ainda para agilizar a análise e o julgamento das Propostas de Preços, solicitamos que as Planilhas Orçamentárias sejam disponibilizadas em CD e/ou Pen Drive.

15.4 - Nenhum dos documentos e propostas contidos nos envelopes 01 e 02, poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas. Para fins de julgamento considera-se:

15.4.1 - Rasuras – qualquer tentativa de modificação do que foi originalmente escrito e que impossibilite ou dificulte a correta leitura, por dupla interpretação do texto, exclusive na numeração de folhas (desde que não altere o teor do documento), a qual a Comissão caso julgue necessário, poderá promover nova numeração, afim de resguardar a integridade da documentação.

15.4.2 - Entrelinhas – qualquer inclusão de texto na tentativa de complementar, modificar ou corrigir o que originalmente foi escrito.

15.5 - Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia indelével e elegíveis, devidamente autenticadas em Cartório ou por servidor da SUPEL/RO (antes da sessão inaugural), em Cartório, ou ainda, através de publicação em órgão da Imprensa Oficial, sob pena de inabilitação.

15.6 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital.

15.7 - Após a efetiva entrega a Comissão de Licitação, não serão admitidas, sob quaisquer motivos ou hipóteses, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

A empresa recorrente separou os envelopes com suas respectivas documentações, lacrando e colocando as etiquetas conforme o item 15.2 determinou. Os envelopes foram entregues em mãos, nenhuma documentação contendo rasuras ou emendas, tampouco qualquer modificação ou substituição posterior ao lacre dos envelopes.

Frisa-se que a recorrente não descumpriu qualquer menção e determinação do item 15, como é de fácil percepção. Embora a decisão denegatória tenha mencionado violação ao subitem 15.2 este se refere a forma de apresentação da proposta/documentação que seria em 02 (dois) envelopes lacrados, indevassáveis, distintos e separados, com o endereçamento visível e a identificação do conteúdo, inexistindo qualquer violação ao edital ou quebra de sigilo. A empresa recorrente confirma e declara que lacrou e endereçou os envelopes em conformidade com o disposto no edital.

Relato ao item 17 (envelope 02 da proposta de preço) igualmente não se possui violação a ser gerado quebra de sigilo como sanção:

17.1 - Para a Proposta de Preços, exigir-se-á dos interessados o seguinte:

17.1.1 - Carta endereçada à Comissão Permanente de Licitações de Obras/CPLO, devidamente assinada pelo representante legal, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número da Tomada de Preços, conforme modelo (Anexo IV), relacionando ainda, os seguintes itens: a. Preço global em valor numérico e por extenso; b. Prazo de execução dos serviços; c. Prazo de validade da Proposta, no mínimo de 60 (sessenta) dias. d. A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, o Banco, Agência e número da Conta Corrente, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.

17.1.2 - Planilha Orçamentária baseada nos projetos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando: a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais; b) Especificação clara dos serviços a serem executados; c) Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária, deverão estar computados BDI e todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços; d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Comissão e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise; e) Será exigida das proponentes a apresentação: Das composições unitárias de custos de todos os itens, cujo valor de cada item deverá ser idêntico ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa; e Composição do BDI. O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pela SEFIN, que no caso em tela é de 27,93% (vinte e sete vírgula noventa e três por cento) para obras (LOTE 01 e LOTE 02), e 21,71% (vinte e um vírgula setenta e um por cento) para equipamentos (LOTE 01), os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e personalíssima. f) As planilhas de preços e cronograma de execução do objeto desta licitação, constantes da proposta comercial, deverão ser rubricadas/assinadas por representante legalmente credenciado com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR; i. As LICITANTES deverão apresentar as PLANILHAS DE PREÇOS, em 02 (duas) vias, sendo uma original e uma cópia em CD e/ou Pen Drive, gravadas na versão “Microsoft Office Excel – 97/2003”, para efeito de conferência das propostas pela CPLO, a ausência da cópia em CD e/ou Pen Drive não implica na desclassificação da Proposta Comercial; g) A exigência contida na alínea “e sub alínea e1 “ não constitui objeto de DESCLASSIFICAÇÃO de proposta, desde que apresentada a composição unitária de todos os itens da planilha orçamentária. Havendo erro a licitante será convocada para realizar as correções sob pena de preclusão. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta.

17.1.3 - Cronograma Físico-Financeiro a) Distribuição das Etapas ou Serviços ao longo do prazo de Execução. b) Valores da Etapa de Execução ao longo do

tempo. c) Percentuais Parciais e Percentuais Acumulados. d) Acumulado Mensal e Acumulado Geral.

Evidencia-se que a recorrente igualmente não descumpriu qualquer parte do item acima transcrito que teve como finalidade demonstrar a composição necessária e a ser encontrada dentro do segundo envelope relativo ao certame, principalmente em relação ao subitem 17.1.2 que exige a planilha orçamentária do projeto a ser efetuado.

Em nenhum momento do edital ficou determinado que a composição dos envelopes ocasionaria quebra de sigilo, haja vista que os subitens apontados na decisão denegatória tão somente se limitam a falar sobre a composição, sem originar dano. Se a intenção era falar sobre penalização – tida como a desclassificação e retirada da empresa do certame – estaria constante expressamente no edital que, ao ser constatado que um documento não estaria no envelope correto, haveria a retirada – como é feito no mencionado subitem, alínea g, que até mesmo foi esclarecido, em letras maiúsculas, que em razão de erros na planilha, ocorria e a planilha da recorrente sequer foi examinada.

De tal maneira, não pode a Administração punir empresa que não agiu em detrimento da lei e tão somente seguiu as regras constantes no edital, apresentando os documentos exigidos, sendo que a desclassificação expressa – no edital – consta em casos como o da análise da planilha, sequer mencionando que o conhecimento da Carta Proposta geraria quebra de sigilo.

Quando da abertura das propostas, caso se entenda que a proposta referente a algum item não atendam aos requisitos estabelecidos em edital na fase de consulta das propostas enviadas, a proposta pode ser desclassificada do processo antes mesmo da abertura do item para lances, caso apresente qualquer situação que infrinja os regramentos do procedimento licitatório, o que não se tem no caso em tela.

Logo, caso essa informação fosse verídica, ter-se-ia tomado pleno conhecimento e desclassificado no mesmo ato a recorrente. Ressaltamos ainda, que na fase de habilitação é possível a solicitação de modificação, acréscimo ou esclarecimentos de informações constantes na documentação ou situação apresentada, ou seja, poderia, ao invés da desclassificação direta da recorrente, o esclarecimento acerca do ocorrido, visando sempre preservar a finalidade da licitação, reconhecendo oportunidades as empresas para se ter a melhor.

Tem-se consciência de que fez parte da documentação enviada dentro do primeiro envelope a ser aberta, a Carta proposta preenchida com o valor global ofertado,

porém essa carta não foi apresentada com o objetivo de dificultar ou agir em detrimento a lei. Dada a necessidade de apresentação em curto espaço de tempo, por um erro humano, a carta constou no primeiro envelope que foi aberto, sendo que o edital não demonstra em seu corpo penalidade de desclassificação e retirada de empresa do certame ao se constatar a presença de um documento em local diverso daquele mencionado em outro item (dentro do edital).

A abertura do primeiro envelope e a consequente constatação da presença da Carta Proposta em meio a documentação de habilitação está fazendo com que a recorrente sofra penalização excessiva por algo que não se trata de uma quebra de sigilo.

Não há o que se falar em quebra de sigilo da informação, pois ela não foi intencional e não chegou as mãos das demais empresas. Ainda que se alegue a presença de representantes das empresas no ato da abertura, não significa que o valor tenha sido apresentado a elas, porque os dados podem ser ofertados, mas sem identificação da empresa.

À abertura da sessão pública, somente terá acesso aos dados de valor e descrição detalhada do objeto ofertado, independentemente de ser o primeiro, segundo, terceiro envelopes que se aplica pelo instrumento convocatório, não sendo possível identificar a empresa licitante ou informações como marca, fabricante e modelo do objeto até que todo o certame esteja completo.

O mesmo ocorre quando da consulta aos dados da licitação, feita por qualquer cidadão. Somente após o término da etapa de lance é que fica disponível as informações dos licitantes ligados ao que estão ofertando. A restrição de acesso às informações antes do término da etapa das etapas acontece tanto para o público em geral, quanto para as empresas licitantes concorrentes. Essa restrição de acesso é exatamente para garantir que não se tenha quebra de sigilo nas propostas, atendendo a vedação legal.

Nesse seguimento, observa-se que, similarmente ao que fixa o supracitado §3º do artigo. 3º da Lei n. 8.666/1993 (mencionado na decisão denegatória que aplicou a desclassificação da recorrente) quanto ao momento do afastamento do sigilo das propostas, o Decreto n. 10.024/2019 fixou que tais informações seriam disponibilizadas após o encerramento da etapa de lances:

Art. 26. § 8º. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

Vê-se que as informações de identificação do licitante, marca, modelo, etc., do objeto ofertado (seja produto ou serviço) só são disponibilizadas depois da etapa de lances, não podendo ser utilizadas como parâmetros para a desclassificação das propostas ou mesmo para a formulação de lances pelas empresas licitantes.

Cristalino é o direito da recorrente em ser mantida como participante do certame em questão, não podendo ser penalizada gravemente com a retirada, sendo que inexistente quebra de sigilo, tampouco intenção de infringir a lei, somente um erro humano que pode acontecer.

A Carta Proposta foi preenchida conforme o anexo fornecido através do edital do certame, podendo ser visualizada a assinatura do representante da empresa, uma informação que não é destacada – e não foi – no ato da abertura, desconhecendo-se a quem pertenceria até que ficou, com a decisão denegatória, informado que a recorrente não seguiria como participante.

Ainda acerca da Carta Proposta localizada em meio a documentação de habilitação, não se constata nenhuma identificação precisa, somente de sua representante, visto que as informações não são fornecidas ao público em geral ou demais participantes nesse sentido, de a quem pertence a proposta “X” ou a proposta “Y”, visualizando só o campo de descrição da quantidade de tempo e valor, pelo que não é factível a argumentação de quebra de sigilo da proposta (artigo 3º da Lei n. 8.666/93)

Não se deve fazer alusão de que o citado disposto legal dita que os procedimentos licitatórios serão públicos. O procedimento em si é público, as informações relativas ao objeto e propostas que serão disponibilizados, em ligação a empresa que os fez, posteriormente ao conhecimento.

A decisão denegatória faz referência também ao artigo 94 da Lei n. 8.666/93 para justificar o afastamento da recorrente do certame. Entretanto, deve ser apontado que a Lei n. 8.666/93 sofreu diversas alterações, bem como sua própria aplicação está em dependência, visto a nova Lei n. 14.133/2021, fazendo com que já estivesse com sua aplicação em curso quando do certame ora tratado, cabendo a sua aplicação a ele.

O artigo 94 foi completamente revogado pela nova lei que surge em substituição a lei anterior de licitações e contratos. Desse modo, a publicidade nos casos se tornou diferida, ou seja, a publicidade só ocorrerá após certo marco – o que se tenta esclarecer no caso da recorrente.

Relativo ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura, sendo que o conteúdo das propostas passa a ser divulgado com a abertura da sessão, para manter o

caráter competitivo, sem denominar o participante em específico (que seria o “sigilo” mencionado) e, no que tange ao orçamento, o seu sigilo é exceção, só ocorrendo com uma justificativa que será revelado na abertura da sessão.

Além de os participantes e suas propostas não serem perfeitamente identificados, o sigilo em si não recaiu no caso, visto que em nada foi mencionado, diga-se novamente, que a empresa sofreria tal penalidade em caso de constar documentação em envelope diverso daquele denominado.

Portanto, de *per si*, a decisão precoce de inabilitação contrasta com a própria de licitações, seja a antiga ou a nova, no que se fala dos princípios que regem as licitações, bem como toda a Administração Pública.

Veja, Nobre Senhoria, ao comentar sobre o princípio da razoabilidade, Celso Antônio Bandeira de Mello afirmou que:

Enuncia-se com este princípio que a administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e portanto jurisdicionalmente invalidáveis – as condutas desarrazoadas, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada. É óbvio que uma providência administrativa desarrazoada, incapaz de passar com sucesso pelo crivo da razoabilidade, não pode estar conforme a finalidade da lei. Padece-se deste defeito será, necessariamente, violadora do princípio da finalidade. Isto equivale a dizer que será ilegítima, conforme visto, pois a finalidade integra a própria lei. Em consequência, será anulável pelo Poder Judiciário, a instâncias do interessado. Fácil é ver-se, pois, que o princípio da razoabilidade se fundamenta nos mesmos preceitos que arrimam constitucionalmente os princípios da legalidade (artigos 5º, inciso II, 37 e 84) e da finalidade (os mesmos e mais o art. 5º, inciso LXIX.

Portanto, ainda que a decisão administrativa tenha apontado para suposta afronta ao edital que teria originado quebra de sigilo – recordando que isso sequer aconteceu –, deve-se enfatizar que de acordo com o egrégio Supremo Tribunal Federal:

Verifica-se, pois, que o vício reconhecidamente praticado pela ora recorrida, embora reflita desobediência ao edital, consubstancia tão somente irregularidade formal incapaz de conduzir à desclassificação de sua proposta. Se de fato o edital é a “lei interna” da licitação, deve-se abordá-lo frente ao caso concreto tal qual toda norma emanada do poder legislativo, interpretando-o à luz do bom senso e

da razoabilidade, a fim de que seja alcançado seu objetivo, nunca se esgotando na literalidade de suas prescrições. Assim sendo, a vinculação ao instrumento editalício deve ser entendida sempre de forma a assegurar o atendimento do interesse público, repudiando-se que se sobreponham formalismos desarrazoados. Não fosse assim, não seriam admitidos nem mesmo os vícios sanáveis os quais, em algum ponto, sempre traduzem infringência a alguma diretriz estabelecida pelo instrumento editalício. Desta forma, se a irregularidade praticada pela licitante vencedora a ela não trouxe vantagem, nem implicou em desvantagem para as demais participantes, não resultado (sic) assim em ofensa à igualdade; se o vício apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta, e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (STF - RMS: 23714 DF, Relator: Min. Sepúlveda Pertence, Data de Julgamento: 05/09/2000, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 13/10/2000)

Não à toa, o egrégio Superior Tribunal de Justiça já manifestou sua preocupação com os excessos ao afirmar que:

A interpretação dos termos do edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. (STJ - MS: 5869 DF 1998/0049327-1, Relator: Ministra Laurita Vaz, Data de Julgamento: 11/09/2002, S1 – Primeira seção, Data de Publicação: DJ 07.10.2002 p. 163).

Sendo certo que o egrégio Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que “*o procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. não deve ser afastado candidato do certame licitatório por meros detalhes formais. no particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial*”, devolvendo o caso em comento a questão de preservar o princípio da isonomia, não impedindo a participação da recorrente por uma falha humana que ocasionou um erro mínimo, um pequeno detalhe que poderia ter sido corrigido com a oportunidade de explicação a ser feita por ela.

A jurisprudência demonstra que o Poder Judiciário não tem se privado da análise de casos semelhantes, ocasião em que os ínclitos julgadores têm extirpado interpretações desarrazoadas e irrelevantes dos editais.

O edital, no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objeto é determinar o objeto da

licitação, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas. Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é absoluto, de tal forma que impeça o judiciário de interpretar, buscando o sentido e a compreensão e o escoimando de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração.

Também vale destacar o ensinamento do mestre Theotônio Negrão ao advertir que *“a interpretação das leis não deve ser formal, mas sim, antes de tudo, real, humana, socialmente útil; se o juiz não pode tomar liberdades inadmissíveis com a lei, julgando ‘contra legem’, pode e deve, por outro lado, optar pela interpretação que mais atenda as aspirações da justiça e do bem comum”*.

Merece ser evidenciada a lição de Carlos Maximiliano, para quem “deve o direito ser interpretado inteligentemente; não de modo a que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniências, vá ter a conclusões inconsistentes ou absurdas”.

Afinal, não se olvide que ao analisar o procedimento legal de disputa pelos contratos públicos, há a advertência de que a licitação não é um fim em si mesmo, porém um instrumento cuja finalidade vem nela descrita e o mero cumprimento de formalidades licitatórias não satisfaz, de modo automático, os interesses protegidos pelo Direito.

Portanto, é incorreto transformar a licitação em uma espécie de solenidade litúrgica – que no caso sequer estava completa pelo próprio edital, demonstrando que houve aplicação além para se colocar uma quebra de sigilo que não aconteceu –, ignorando sua natureza. Assim, adverte Adilson Abreu Dallari:

Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; convém ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes.

Oportunamente, calha mencionar julgado do egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o qual indica com clareza e objetividade:

O princípio da vinculação ao edital não pode ser interpretado de forma tão rigorosa a ponto de sobrepor-se ao objetivo da licitação e ao interesse público. As eventuais irregularidades formais constatadas não se mostraram prejudiciais aos outros participantes do certame, e, ainda, não constituíram ofensa ao princípio da igualdade e isonomia. (TRF. 4ª Região. 3ª Turma. Mas n. 11.700-0/PR. DJU 03 abr. 2002. Revista Fórum Administrativo – Direito Público. Vol. 16. ano 2. jun. 2002).

Desta feita, nada mais justo que a retificação da decisão combatida pela recorrente, de modo a habilitá-la e, conseqüentemente, mantê-la no certame para que apresente sua proposta e tenha oportunidade de obter o “prêmio” ofertado.

3. O PEDIDO

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria o conhecimento do recurso administrativo, pois tempestivo, para no mérito lhe dar integral provimento, reformando a respeitável decisão administrativa de inabilitação, por ser esta, no presente caso, a única manifestação possível de respeito a finalidade da licitação e aos princípios da razoabilidade, isonomia e da supremacia do interesse público, assim como de homenagem à Justiça.

Na hipótese não aguardada de não provimento deste recurso administrativo e manutenção da decisão recorrida de inabilitação, a empresa recorrente requer a remessa dos autos a autoridade superior hierárquica para que, tomando conhecimento do caso, promova seu julgamento.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Vilhena/RO, 26 de julho de 2022.

BP Construtora e Metalúrgica Moraes – CNPJ n. 29.173.122/0001-61

Sócia Paula Maria Lemos Moraes – CPF n. 013.222.002-46